



POBREZA MENSTRUAL E JUSTIÇA SOCIAL NA ESCOLA PÚBLICA:

REFLEXÕES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DO PIBID EM



PAULISTA (PE)¹

Priscilla Braga Beltrame²

Bruna Laís Moscoso (Blais Moscoso)³

Áurea Maria de Moura Cunha⁴

Prof. Dr. Anderson Vicente⁵

Profa. Dra. Fabiana Ferreira⁶

RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa em andamento vinculada ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de Pernambuco. O estudo tem como objetivo compreender os impactos do ciclo menstrual na vida escolar de alunas do ensino médio em uma escola pública no município de Paulista (PE), bem como refletir, a partir da sociologia, sobre possibilidades pedagógicas críticas de enfrentamento de possíveis dificuldades relacionadas ao ciclo menstrual. A escola escolhida para a realização da pesquisa não será identificada nas publicações para manter as colaboradoras da pesquisa em anonimato, levando em

¹ Priscilla Beltrame atualmente cursa a licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade de Pernambuco (UPE) e o pós-doutorado em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É bacharel, mestra e doutora em Antropologia pela UFPE. E bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) – Subprojeto Sociologia, Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail para contato: priscilla.beltrame.ufpe@gmail.com

² Bruna Laís Moscoso (Blais Moscoso) é formada em Artes Visuais pelo IFPE e cursa a licenciatura em Ciências Sociais da UPE. Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) – Subprojeto Sociologia, Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail para contato: bruna.moscoso@upe.br

³ Áurea Maria de Moura Cunha é graduanda em Direito e em Ciências Sociais pela UPE. Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) – Subprojeto Sociologia, Universidade de Pernambuco (UPE) e da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). E-mail: aureamouracunha@gmail.com

⁴ Prof. Dr. Anderson Vicente é o coordenador de área do PIBID em Ciências Sociais da UPE. Graduado na licenciatura de Ciências Sociais, mestre e doutor em Antropologia pela UFPE.

⁵ Profa. Dra. Fabiana Ferreira é a supervisora do PIBID em uma das escolas do subprojeto Ciências Sociais/UPE. Graduada na licenciatura em Ciências Sociais, mestra e doutora em Sociologia pela UFPE.

⁶ Pesquisa realizada no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), financiado pela CAPES.



consideração que é um tema delicado de ser trabalhado. É uma escola de referência na localidade voltada para o atendimento a estudantes do Ensino Médio. O referencial teórico está sendo construído com base em autoras da sociologia feminista e da educação crítica, considerando os debates sobre justiça menstrual, desigualdades escolares e pedagogias emancipadoras, com destaque para as contribuições de Paulo Freire. Metodologicamente, adota-se uma abordagem mista. A primeira fase da pesquisa, já realizada, consistiu na aplicação de questionários a alunas do 2º ano do ensino médio em 2024. A segunda etapa, prevista para o segundo semestre de 2025, envolve rodas de conversa e entrevistas em profundidade com estudantes do 3º ano que participaram da etapa anterior. Os dados serão analisados de forma articulada com a bibliografia discutida em grupo e com o apoio da supervisão docente. A pesquisa pretende culminar na elaboração de um projeto pedagógico como devolutiva à escola, promovendo o diálogo sobre o tema no ensino de sociologia.

Palavras-chave: sociologia da educação, Paulo Freire, justiça menstrual, feminismos decoloniais.

INTRODUÇÃO

A adolescência é um momento de transformações físicas, emocionais e sociais. Entre elas, o início do ciclo menstrual representa uma passagem que carrega dimensões biológicas e culturais profundamente influenciadas pelas estruturas de desigualdade de gênero. A forma como a menstruação é vivida e representada nas escolas pode refletir na persistência de tabus e a insuficiência de políticas públicas voltadas ao cuidado.

A noção de pobreza menstrual ultrapassa a falta de absorventes ou de infraestrutura adequada. Trata-se de uma expressão das desigualdades sociais e de gênero que perpassam o direito à educação e à saúde, evidenciando como o corpo feminino e as experiências menstruais são historicamente desvalorizados nas práticas institucionais. A ausência de políticas públicas consistentes reforça a exclusão de meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade, perpetuando desigualdades interseccionais de gênero, raça e classe.





De acordo com o relatório *Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos*, elaborado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e pelo Fundo

das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 2021, mais de 4 milhões de meninas e mulheres vivem em situação de pobreza menstrual no país. Desse total, 713 mil meninas não possuem acesso a banheiros em seus domicílios, e 4 milhões carecem de itens mínimos de higiene nas escolas, como sabonetes e absorventes. O documento aponta ainda que 60% das meninas e mulheres entrevistadas afirmaram já ter deixado de frequentar a escola durante o período menstrual por falta de condições adequadas de higiene ou por medo de constrangimento (UNICEF; UNFPA, 2021, p. 14–17).

Esses dados revelam que a pobreza menstrual não é um problema isolado, mas sim uma questão estrutural, que dialoga com a precariedade das políticas de saúde pública e com a desigualdade de acesso à educação. O relatório destaca que a menstruação ainda é tratada como tabu em muitas escolas brasileiras, o que resulta em desinformação, vergonha e isolamento. Cerca de 65% das meninas entrevistadas relataram que não receberam informações suficientes sobre o ciclo menstrual antes da primeira menstruação, e 48% afirmaram sentir constrangimento ao tratar do tema com professores (UNICEF; UNFPA, 2021, p. 21–24).

Essas evidências colocam em evidência a necessidade de políticas públicas que articulem saúde, educação e direitos humanos. A falta de acesso a absorventes, saneamento básico e educação menstrual contribui diretamente para a evasão escolar e a redução do desempenho acadêmico de meninas. Em alguns estados brasileiros, como Maranhão, Piauí e Alagoas, o relatório indica que mais de 40% das estudantes do ensino médio vivem em domicílios sem coleta de esgoto, o que agrava o risco de infecções e prejudica o bem-estar durante o ciclo menstrual.

No Nordeste, região onde se localiza o município de Paulista (PE), os índices de vulnerabilidade menstrual se intensificam. Segundo o mesmo relatório, cerca de 26% das adolescentes em idade escolar convivem com algum tipo de privação menstrual severa, seja pela ausência de produtos de higiene, pela falta de infraestrutura escolar ou pela vergonha de expor o tema. Esses dados dialogam diretamente com a realidade observada no campo desta





pesquisa, desenvolvida em uma escola pública de referência, o que permite problematizar a persistência das desigualdades mesmo em contextos de maior investimento estrutural.

IX Seminário Nacional do PIBID

A pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de Pernambuco (UPE) tem como objetivo compreender como a pobreza menstrual pode afetar a vida escolar de alunas do ensino médio, analisando as condições materiais, simbólicas e pedagógicas que sustentam esse fenômeno. O estudo parte da premissa de que a escola, enquanto espaço de formação crítica e cidadã, deve assumir papel ativo na construção de práticas educativas emancipadoras voltadas à promoção da justiça menstrual e à superação de desigualdades de gênero.

Nesse sentido, compreender a pobreza menstrual implica adotar uma perspectiva sociológica e decolonial, que reconhece a dimensão política dos corpos e dos silenciamentos que atravessam as experiências femininas. Inspirada na pedagogia de Paulo Freire (1996), a pesquisa propõe uma leitura engajada e esperançosa do campo escolar, em que o ensino da sociologia possa servir de instrumento para o diálogo, a conscientização e a construção coletiva de alternativas para o enfrentamento da desigualdade.

A escola pública estudada, situada em Paulista (PE), é reconhecida como uma escola de referência com infraestrutura adequada. Contudo, os dados coletados indicam que a pobreza menstrual atravessa mesmo esses espaços, revelando a profundidade das desigualdades simbólicas que o investimento material, por si só, não resolve. Essa contradição torna o estudo relevante para refletir sobre a realidade de outras escolas brasileiras, onde a precariedade estrutural é ainda maior.

Assim, o presente artigo propõe refletir sobre a pobreza menstrual como um problema educacional e social, articulando o debate entre gênero, corpo e educação. A pesquisa, ancorada no diálogo entre a antropologia, a sociologia e a pedagogia crítica, busca contribuir para a consolidação de uma educação libertadora e feminista, que reconheça os corpos e as experiências das meninas como territórios de saber e dignidade.





Referencial teórico



X Encontro Nacional das Licenciaturas

IX Seminário Nacional do PIBID

O debate sobre pobreza menstrual situa-se na intersecção entre corpo, gênero, cultura e poder, campos historicamente atravessados por hierarquias de conhecimento e exclusões epistemológicas. Nesse sentido, as contribuições de Cecília Sardenberg (2001) constituem uma base antropológica fundamental ao compreender a menstruação como fenômeno simbólico e social. Para a autora, o sangue menstrual foi historicamente inscrito na esfera do interdito e da impureza, sendo um marcador da subordinação das mulheres e do controle sobre seus corpos. A leitura de Sardenberg revela que o silenciamento em torno da menstruação é mais uma das formas de controle e manutenção do poder patriarcal.

Essa concepção dialoga com a crítica da educação bancária proposta por Paulo Freire (1987, 1996), que identifica nos processos de ensino tradicionais a reprodução das desigualdades sociais e simbólicas. Ao propor uma educação libertadora, Freire defende o diálogo como prática de emancipação e a escola como espaço de conscientização e transformação da realidade. A partir desse olhar, discutir menstruação em sala de aula não se reduz a uma ação sanitária, mas se torna um ato político de reconhecimento das meninas como sujeitos de direito e de conhecimento. Embora seja importante pensar em políticas públicas que favoreçam o acesso de adolescentes estudantes a justiça menstrual, então falando de política a nível macro, é também importante pensar em ações realizadas no chão da escola, que podem ser facilmente incluídas no cotidiano da escola, fazer o melhor que se pode, com o que se tem acesso no combate às desigualdades de gênero, aqui focando na questão da menstruação.

A contribuição de bell hooks (1994) é muito importante por aprofundar essa perspectiva política ao afirmar que o ato de ensinar pode ser um ato de resistência, de conscientização política, de combate às desigualdades de raça\etnia, gênero\sexualidade, classe social. Em *Ensinando a transgredir*, a autora propõe uma pedagogia do engajamento, ela diz que o amor e o afeto são dimensões inseparáveis da prática docente. Para hooks, o espaço da sala de aula pode ser um território de cura das feridas produzidas pela opressão de gênero e raça. Nesse sentido acreditamos que quando a escola silencia o tema da menstruação, reforça a exclusão e o medo, as desigualdades de gênero, mas quando traz para





o diálogo, abre espaço para o empoderamento, para o autoconhecimento, autocuidado e na construção de redes de apoio.

Ao lado dessa crítica pedagógica, as epistemologias decoloniais — especialmente as contribuições de Rita Segato que nos permitem compreender como as desigualdades menstruais estão enraizadas na colonialidade de gênero. Segato demonstra como o patriarcado em países que já foram colonizados, tendem a ser mais violentos; em comparação aos países colonizadores, aqui ela fala de forma comparativa das relações de gênero nos países Sul Global e países do Norte Global. De acordo com Segato nos países do Sul Global, como é o caso do Brasil, temos a presença do que ela chama de “patriarcado colonial moderno de alta intensidade” que tem como característica o aprofundamento das desigualdades de gênero devido a sua associação ao processo violento de colonização. Podemos então pensar pobreza menstrual, sob essa ótica apresentada por Segato, como uma das manifestações das violências coloniais que tentam controlar o corpo feminino e restringir o acesso aos bens materiais e simbólicos.

O diálogo entre essas autoras permite compreender que a justiça menstrual é inseparável da justiça social. A invisibilidade da menstruação nas escolas é sintoma de uma estrutura social que exclui as mulheres de espaços de fala e decisão. Ao articular Freire, hooks, Sardenberg, Segato, a proposta foi de construir uma base de suporte teórico para a pesquisa pautada em uma perspectiva decolonial, na qual a educação aparece como instrumento de emancipação e de reconstrução simbólica do corpo feminino.

Metodologia

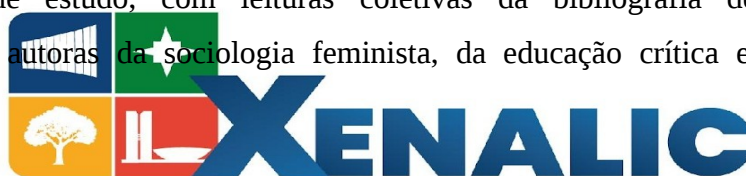
A pesquisa adota uma abordagem mista, combinando os métodos quantitativos e qualitativos. A primeira etapa, conduzida pela professora supervisora do PIBID, consistiu na aplicação de questionários junto a estudantes do 2º ano do ensino médio. Essa fase teve como finalidade compreender percepções e experiências relacionadas à menstruação, condições de higiene e eventuais ausências às aulas durante o ciclo menstrual.





As bolsistas atuais iniciaram a sua participação no projeto no final de 2025, quando a pesquisa já estava em andamento. Desde novembro de 2025, o grupo tem realizado encontros

sistemáticos de estudo, com leituras coletivas da bibliografia de base do projeto, especialmente da sociologia feminista, da educação crítica e das epistemologias decoloniais.



Entre novembro de 2025 e fevereiro de 2026, está prevista a etapa de análise preliminar dos dados coletados. Em março de 2026, a equipe pretende realizar uma roda de conversa com as estudantes participantes da fase anterior, de modo a aprofundar qualitativamente as percepções emergentes e verificar se houve mudanças nas condições de acesso a produtos de higiene ou nas representações sobre o tema.

Nos meses de abril e maio de 2026, ocorrerá a análise sistemática dos dados, articulando as dimensões quantitativas e qualitativas. De junho a agosto de 2026, a equipe redigirá o relatório final e o artigo de devolutiva, que será apresentado no ENALIC e posteriormente compartilhado com a escola.

A pesquisa adota princípios éticos de respeito à identidade e à privacidade das participantes, não identificando a instituição nem as estudantes envolvidas. A devolutiva dos resultados à escola será realizada de forma dialógica, além da realização de um projeto didático relacionado ao tema.

Resultados e discussão

Embora ainda em andamento, a pesquisa já permite apontar algumas reflexões preliminares. A análise dos questionários aplicados pela supervisora indica que, mesmo em uma escola com boa infraestrutura, parte das estudantes relata desconforto, constrangimento e dificuldades de frequentar as aulas durante o período menstrual. Essa constatação evidencia que a pobreza menstrual não se restringe à escassez de recursos materiais, mas envolve dimensões simbólicas, pedagógicas e emocionais.

A ausência de políticas claras sobre saúde menstrual nas escolas reforça o silêncio em torno do tema. Conforme Sardenberg (2001), o sangue menstrual foi historicamente





inscrito no campo do interdito, como algo a ser ocultado. Esse silêncio repercute na experiência das adolescentes, que internalizam sentimentos de vergonha e inadequação. A escola, enquanto instituição social, reproduz ou transforma tais discursos.



A abordagem freiriana permite pensar o espaço escolar como lugar de conscientização e diálogo. Freire (1996) enfatiza que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Assim, um projeto pedagógico que vamos propor como finalização do projeto de pesquisa e ensino sobre dignidade menstrual pode ser compreendido como uma proposta de prática de libertação, que demonstra uma das possibilidades de professoras e estudantes construírem coletivamente conhecimentos sobre seus corpos e direitos.

Sob uma perspectiva decolonial, discutir menstruação na escola é também questionar a lógica eurocêntrica que historicamente deslegitimou saberes femininos e populares. Lugones (2014) lembra que as formas de controle sobre os corpos das mulheres racializadas estão na base da colonialidade do poder. Dessa forma, o combate à pobreza menstrual deve ser entendido como luta antirracista e antipatriarcal.

A pesquisa aponta ainda para a importância de políticas públicas integradas que incluam a distribuição gratuita de absorventes, a adequação de banheiros escolares, a formação de docentes e a inserção do tema no currículo da educação básica, especialmente nas aulas de Sociologia. A dimensão pedagógica é essencial: mais do que resolver carências materiais, trata-se de promover a conscientização crítica sobre o direito à dignidade e à saúde.

Considerações finais

A experiência desenvolvida no âmbito do PIBID Sociologia/UPE evidencia o potencial transformador da educação pública quando articulada à pesquisa social e ao compromisso ético-político com a justiça social. Ao discutir a pobreza menstrual no contexto escolar, a equipe de pesquisa reconhece que o enfrentamento desse problema demanda uma abordagem interdisciplinar e interseccional, capaz de integrar gênero, raça, classe e território.





Inspirada na pedagogia de Paulo Freire, a pesquisa reafirma que educar é um ato de esperança e resistência. O tema da pobreza menstrual, quando tratado em sala de aula, pode fortalecer a autonomia das estudantes, estimular a empatia entre pares e promover uma escola mais justa, inclusiva e acolhedora.



Com base nas perspectivas feministas e decoloniais, compreender a pobreza menstrual é compreender também os modos como o corpo das mulheres foi historicamente subordinado e silenciado. Reverter essa lógica exige um compromisso coletivo com a transformação social — um compromisso que a universidade pública, por meio do PIBID, assume ao dialogar com as escolas e com as comunidades.

Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 [1988].

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013 [1994].

LUGONES, María. *Colonialidade e gênero*. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 21, p. 111-133, 2014.

SARDENBERG, Cecília. *De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva socioantropológica*. Salvador: NEIM/UFBA, 2001.

UNICEF; UNFPA. *Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos*. Brasília: 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/123214-pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdades-e-violacoes-de-direitos>. Acesso em: 29 jul. 2025.





UNFPA. *Relatório Anual 2021*. Fundo de População das Nações Unidas. Disponível em:

<https://brazil.unfpa.org/pt-br>. Acesso em: 29 jul. 2025.

X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID



X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

